

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### O indígena na visão do naturalista: final do século XVIII

Rossana Samarani Verran<sup>1</sup>

**Resumo:** Alexandre Rodrigues Ferreira chefiou, no final do século XVIII, uma expedição científica pelas regiões da Amazônia e Centro-Oeste do Brasil com o objetivo de inventariar todos os recursos naturais do país. Em sua bagagem o naturalista levou os conhecimentos obtidos nos anos de estudo em Coimbra. Sua pesquisa seguiu rigorosamente os procedimentos do método científico da época. As classificações de animais e plantas basearam-se no sistema de nomenclatura binária de Lineu. Na análise da cultura indígena, os mesmos parâmetros científicos foram utilizados. O contato com a alteridade, no entanto, suscitou questões complexas que não poderiam facilmente ser elucidadas pelo conhecimento científico do século XVIII, nestes momentos a empiria substituiu a teoria e o naturalista limitou-se a observar e descrever seu objeto de estudo: o índio.

**Palavras-chave:** Ciência moderna, Viajantes do Século XVIII, Filosofia Natural, Cultura indígena, Iluminismo Português.

**Abstract:** Alexandre Rodrigues Ferreira was chosen the leader of the scientific expedition to Amazon and Central West regions in Brazil in order to inventory all natural resources in the country. The naturalist had all the knowledge acquired at University of Coimbra to achieve his objectives. His research followed rigorous procedures of the scientific method that was being used at that time. The classifications of animals and plants were based on Lineu's binary system of nomenclature. While analyzing the Indian culture, the same scientific parameters were applied. However, in the contact with the other, many complex questions were triggered that could not easily be explained by the scientific knowledge of the XVIII century. Thus, the empirical basis substituted the theory, and the naturalist just observed and described his object of study – that was the Indian.

**Key-words:** Modern Science, Travelers of the XVIII Century, Natural Philosophy, Indian Culture, Portuguese Enlightenment.

Alexandre Rodrigues Ferreira, natural da Bahia, nasceu em 1756. Com pouco mais de doze anos foi mandado a Portugal para estudar na Universidade de Coimbra. O primeiro curso da Universidade de Coimbra em que Ferreira matriculou-se foi o Jurídico em 1770.

---

<sup>1</sup> Doutora em História, formada pelo PPG em História da PUCRS, pesquisa financiada pela CAPES.

Entre os anos de 1770 e 1771 o clima em Coimbra era de mudança, com as reformas empreendidas pela Coroa no sistema educacional. Estas eram reflexo de reformulações maiores a nível político-administrativo levadas à cabo por D. José I e seu ministro, o Marquês de Pombal.

Este conjunto de mudanças, no que tange à Universidade de Coimbra, ficou conhecido entre os historiadores como Reformas Pombalinas, culminando na extinção de alguns cursos e a criação de novos, como o de Matemática e o de Filosofia Natural.

Envolvido por este novo clima cultural que dava prioridade aos estudos das ciências da natureza e da matemática, Ferreira resolveu mudar o rumo de sua formação e transferiu-se para o curso de Filosofia Natural.

Assim que se formou, foi escolhido pelo Ministro de Ultramar para chefiar uma importante expedição científica no Brasil. Esta percorreu mais de quarenta mil quilômetros, produzindo centenas de documentos de importância histórica, científica, filosófica, política (SILVA, 1998:100).

Em minha tese de doutorado apresentei uma proposta de análise da documentação referente à *“Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá”* empreendida pela Coroa Portuguesa e chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira entre os anos de 1783 e 1792. Apresento aqui uma interpretação a respeito do modo como eram descritos e analisados os indígenas pela Filosofia Natural no final do século XVIII feita a partir da análise desta documentação.

A construção da geografia da América logo após seu descobrimento se situaria em uma relação dialética entre ficções, mitos e realidades, constituindo imensas “geografias imaginárias” (MALDI, 1997: 183-221). A imensidão do espaço americano, em contraste com a geografia da Europa Mediterrânea, obrigaram o europeu a repensar suas concepções geopolíticas. Tudo na natureza americana era desmesurado: os rios eram grandes como oceanos e as árvores de altura incalculável. As florestas da literatura medieval, relacionadas com a imensidão e o devaneio, foram identificadas com a Amazônia. O mito da terra prometida, o Eldorado, repleto de riquezas, era o elemento constante no pensamento ibérico em relação à América.

À diferença de escala, no tocante à natureza, somou-se o impacto causado pelo indígena, uma humanidade distinta e desconhecida. No imaginário do colonizador, o índio era o habitante de um espaço indefinível, incompreensível, flutuante e, sobretudo, nebuloso. O projeto colonizador foi, antes de mais nada, o de transformar o espaço desconhecido em território plausível, a partir dos códigos culturais europeus (MALDI, 1997: 183-221).

Primeiro, procuraram, nos relatos bíblicos ou nos clássicos, algo que pudesse ser referência para o que viam: o novo, o inusitado. A exuberância da natureza foi comparada ao paraíso descrito na Bíblia. Seres fantásticos apresentados na mitologia podiam servir de base para entender os extraordinários tipos de animais que viam pela primeira vez.

Durante um longo e complexo processo de mudança, a forma de obter conhecimento foi se modificando. Eram tantas as novidades: o universo copernicano havia mudado radicalmente noções de tempo e de espaço; a biologia, a botânica e os homens do Novo Mundo que não podiam mais ser explicados a partir dos clássicos.

Novos paradigmas precisavam ser criados. Em primeiro lugar, a observação e a experimentação surgem como alternativa à simples repetição de um conhecimento já elaborado. O raciocínio humano é valorizado e capacitado a elaborar novas explicações.

A mudança na visão de tempo é um fator importante para compreender os novos códigos que foram usados a partir da ciência moderna para o entendimento do outro. Da visão cíclica medieval, passou-se a uma visão linear. O tempo linear, visão característica da ciência moderna, se desenvolve em uma constante progressão que vai do passado ao presente e projeta-se no futuro. A idéia de progresso foi gestada a partir desse raciocínio linear de um tempo que transcorre sempre em direção a um futuro melhor. A história passou a ser o “palco” em que se desenvolve o progresso da humanidade.

O homem é visto, portanto, como um ser em constante aperfeiçoamento. De um conhecimento baseado nos clássicos, chegou à condição de elaborar algo, além de criar novas formas de explicação para a natureza. As teorias que defendiam a capacidade da humanidade em aperfeiçoar-se cada vez mais floresceram no século XVIII. A história do homem passou a ser um campo fecundo para mostrar como aconteceu o desenvolvimento da capacidade mental da humanidade. Como uma criança que “cresce”, a sua história passou também da “infância” para a “idade adulta”, esta última identificada com o presente.

No final do século XVIII, quando empreendeu a “Viagem Filosófica”, Ferreira vivia em um mundo no qual os novos paradigmas da ciência moderna já estavam em plena vigência. Uma nova cosmologia, na qual o homem estava inserido, havia suplantado a medieval. O conhecimento já tinha sido estruturado e institucionalizado, e os grandes sistemas classificatórios, como os de Lineu, eram usados para explicar toda a natureza, nela incluía-se o homem.

Pioneiro na sua profissão, visto ter sido ele um dos primeiros a se formar “naturalista” na Universidade de Coimbra, Ferreira partiu para a viagem com os paradigmas

da ciência moderna “na ponta da língua”. São estas bagagens culturais que ele leva consigo e que se refletirão em seu trabalho.

O primeiro passo dado por Ferreira, anterior mesmo à classificação do homem no reino animal, é estabelecer as diferenças entre animais, vegetais e minerais. Os primeiros são organizados, vivem e sentem; os vegetais não sentem e os minerais não se assemelham em nada aos homens, pois não vivem, não sentem e não são organizados. Assim, para a ciência da época, a natureza se distingue do homem em diversos aspectos. Ela para ele deve ser “domesticada”, ou seja, é preciso conhecê-la para poder dominá-la. O homem é superior à natureza, pois, ao longo da história, desenvolveu técnicas que lhe permitem modificá-la em seu favor.

Estabelecer a diferença do homem frente à natureza, separando-o da mesma, foi um dos princípios básicos da ciência moderna. No século XVII, uma grande questão foi colocada para os filósofos: a natureza foi criada especial e exclusivamente para o homem? Essa questão é derivada da nova cosmologia copernicana. Se a Terra não é o centro do universo e o universo é infinito, esta não foi criada apenas para o homem. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico, as descobertas recentes, como o telescópio, mais adiante, o microscópio, as navegações transoceânicas davam para o homem uma sensação de domínio sobre a natureza. No século XVIII, a natureza foi vista como uma criação divina perfeita e o homem como um ser capaz de conhecê-la e de dominá-la.

Na visão moderna, a natureza é como um relógio raro, onde tudo é habilmente planejado: o artífice (Deus) põe o relógio para funcionar, e este executa seu movimento só sem a interferência divina. A natureza é comparada a uma máquina, não tem “alma”, é feita de matéria morta e obedece a ordens invariáveis, que o homem pode conhecer através da ciência. Essa visão da natureza não era fruto apenas desse século, pois vinha se estruturando desde muito tempo, mas, em linhas gerais, a metáfora da natureza, comparada a um relógio, é o melhor exemplo para o pensamento moderno (BAUMER, 1997: 76).

Para conhecer essa máquina, os pensadores do século XVIII começam por classificar seus elementos de acordo com um sistema. Segundo o Sistema de Lineu, tendo sido identificado como pertencente à classe dos “mamais”, ou, como diríamos atualmente, mamíferos, o homem figurava entre uma gama de outros animais pertencentes a esta classe. Anteriormente chamados de *quadrúpedes*, os “mamais” terrestres, aquáticos, anfíbios ou aéreos, *se distinguem por ter mamas* (FERREIRA, s/d: 5).

Ainda, conforme a classificação de Lineu, os mamais se dividem em seis ordens. A ordem a que pertencem os homens é a dos *primazes* (primatas), sendo este o gênero mais

importante por *possuir consciência de si mesmo, por estudar a si próprio*, pelas suas características físicas, sociais, psicológicas, políticas, enfim, todos os aspectos da vida humana são passíveis de estudo pelo próprio homem. Citando os gregos com a frase “conhece-te a ti mesmo”, para ilustrar essa capacidade humana, o autor distinguiu o homem dos outros animais da sua espécie, assim como de toda a natureza por ter a capacidade de pensar sobre si próprio. É a razão que faz dele um ser separado da natureza.

Ferreira percebeu que os indígenas possuem sentidos aguçados. Para os olhos, que ele julga perspicazes, usa o adjetivo *perspicacíssimos* (FERREIRA, s/d: 26). O olfato ele classifica como *delicado* e acrescenta que *alguns farejam como os cães* (FERREIRA, s/d: 27). Os pés são largos, as solas *tão ásperas como a lixa*. Uma curiosidade chama a atenção do naturalista: o dedo grande do pé dos índios é afastado do seu imediato. Dois motivos levam a isso: *entre os muras é o do pé esquerdo, por apoiarem entre eles, na ação de expedirem as flechas, as extremidades de seus arcos que são maiores que os dos outros*. Em outros casos, porque os pés lhes servem de mãos, *com que levantam do chão o que nele cai* ou porque *com eles se seguram, ao treparem pelos troncos das árvores*. Esses gestos feitos com os pés foram comparados aos dos animais: *como se observa que faz o macaco, entre os quadrúpedes, e o papagaio, a arara, o tucano e outras aves*. Às últimas acrescenta que já trazem *da natureza o caráter distintivo de dois dedos separados* (FERREIRA, s/d:27).

A comparação, descrita no texto pelo autor no que se refere às características dos animais e dos índios, remete a uma imagem do “selvagem integrado na natureza”.

O índio concebia a si próprio como integrante da natureza, ao passo que o homem civilizado, ao ser possuidor de um tipo diferente de história e consciente disso, separa-se da natureza. A visão cíclica de tempo, característica do pensamento indígena, não concebia o mesmo tipo de desenrolar histórico que caracterizava a visão da ciência moderna. De acordo com a visão do tempo cíclico, “o acontecer histórico é englobado como uma estrofe subordinada ao poema circular que é o cosmos” (PAZ, 1993: 66).

Segundo o pensamento europeu do século XVIII, a história da humanidade era fonte de sabedoria para filósofos e Estados, e um princípio de “perfectibilidade” foi acrescentado a ela, sendo vista como uma “causa de melhoramento” (BAUMER, 1977: 265). As sociedades históricas compreendiam o tempo como uma possibilidade de aperfeiçoamento. O desenvolvimento científico-tecnológico a que tinha chegado o homem no século XVIII, em comparação com o do indígena, era desproporcionalmente maior, o que autorizou o europeu a sentir-se em um nível mais “avançado”, não apenas no uso da tecnologia, mas em todos os sentidos. Este foi inserido em uma explicação histórica, estaria, portanto, em um estágio de

desenvolvimento inferior ao do europeu. Comparando o desenvolvimento da humanidade ao do ser humano individual, o índio estaria na “infância”. A tendência dos filósofos da história no século XVIII era procurar o universal, o típico: “as leis gerais que uniam todos os povos, as fases através das quais todos tinham de passar” (PAZ, 1992: 284).

Desse modo, o indígena, que ainda encontrava-se integrado à natureza, estaria em um estágio inferior ao do europeu civilizado, porém a igualdade entre eles estava garantida a partir do caráter universal que era dado à história da humanidade. Provavelmente, o europeu também já tinha passado pela mesma fase em que se encontrava o índio, esta foi a tese que subsidiou o pensamento europeu até o final do século XIX.

Ferreira ocupou-se também em descrever o que chamou de “espírito” dos indígenas, que eram as *faculdades intelectuais* e o *exercício que eles lhes dão*. Para discorrer sobre o tema, o autor reporta-se a outros nomes famosos da ciência de sua época: La Condamine, Pison, Chanvalon, Ulloa e Ribas. Justifica-se dizendo que se reporta a eles porque, *deste modo, ninguém poderá supor em mim, nem prevenção nem exageração* (FERREIRA, s/d:33).

Para Mr. de Chanvalon, os Caraíbas da Martinica não se diferenciam dos europeus por sua cor avermelhada, mas a grande discrepância entre os dois ocorre pela excessiva simplicidade dos índios. *A sua razão nem é mais iluminada, nem mais providente que o instinto dos animais*. Compara a inteligência dos Caraíbas a dos homens do campo (os mais grosseiros) e a dos negros (criados nas partes da África onde há pouco comércio) e conclui que nestes ainda, algumas vezes, é possível entrever uma inteligência que, ainda em embrião, mostra que é capaz de ser ampliada. No entanto, a dos Caraíbas nem disso mostra que é capaz. Seguindo o mesmo raciocínio, Uchoa diz que *a sua imbecilidade é tão visível que, em bem poucos casos, se pode fazer deles idéia diferente da dos animais*. Nada altera a tranqüilidade de suas almas, tão *insensíveis* aos reveses da fortuna quanto às prosperidades. Finaliza o seu raciocínio, citando Mr. De la Condamine, para o qual a *insensibilidade* é a base do caráter dos americanos. A sua estupidez nasce do *pequeno número de suas idéias, o qual se não estende além de suas necessidades*” (FERREIRA, s/d:22).

Não há dúvida que Ferreira considera os índios seres inferiores, mas sua visão a respeito deles merece uma reflexão mais aprofundada, pois, seguindo na leitura do documento, Ferreira expõe a sua opinião e adverte que as reflexões acima sobre a falta de inteligência dos indígenas:

relativamente a nós, é que neles se verificam ao pé da letra. Porque relativamente a eles mesmos que estão postos em outro estado de sociedade, em outra ordem de

cousas, em outro país e em outras diferentes necessidades, perdem uma grande parte de toda a sua energia. (FERREIRA, s/d:23)

Na visão o autor, em comparação com o europeu civilizado, realmente o indígena nem parece tão “*gente*”, mas, “*em relação a eles mesmos*”, que vivem em um lugar diferente, em uma sociedade em outro “*estado*” (o que significava outro estágio de civilização), com outras necessidades, esses argumentos perdem a força. Depois dessa reflexão, o naturalista continua sua linha de raciocínio argumentando que a passividade e indiferença que os índios mostram (obviamente levando em conta uma comparação com o europeu), podem ser explicadas através da diferença do ambiente em que vivem. Os índios não precisam se preocupar com o armazenamento de víveres e com as técnicas para este fim, porque têm uma natureza abundante com que contar: “Ao lavrador, entre nós, que tem o seu celeiro cheio, bem pouco se-lhe dá que o inverno haja de ser rigoroso ou não. Com maior razão, o tapuia não pensa em futuros desta classe porque nem celeiro necessita ter” (FERREIRA, s/d:22).

Se, por um lado, concorda com os autores citados por ele a respeito da falta de inteligência dos nativos; por outro, Ferreira se contradiz ao relatar o que observou nos anos em que esteve em contato com eles. Diversos exemplos de sua narrativa podem comprovar esta idéia, assim como este comentário bastante significativo: “*Assim, não é raro que daquele seu fundo de estupidez saiam algumas espertezas tanto mais dignas de admiração quanto menos filhas do ensino*” (FERREIRA, s/d:41).

Narrando uma de suas conversas com um *gentio*, Ferreira descreve a demonstração que o mesmo lhe dá de como proceder para localizar-se no espaço sem a utilização de toda a ciência a que estavam acostumados os europeus: com uma corda estendida no chão, representa o rio principal com suas respectivas voltas, depois amarra da direita para a esquerda tantas cordas quantos são os afluentes “que ele devia representar, ajustando-os às distâncias que, na sua mente, tinham uns dos outros e, ajeitando-os aos termos de também representarem as suas voltas”. Para completar, deu vários nós em cada corda, representando as aldeias e tomando cuidado de fazer uma aproximação ou um distanciamento umas das outras que correspondesse mais ou menos às suas distâncias.

A leitura dos escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira nos leva pelo caminho preciso da ciência, suas descrições e análises são delimitadas pelas premissas científicas de sua época, como, por exemplo, o “*Systema Naturae*”, elaborado em 1735 por Lineu, que utiliza a lógica binária para a nomenclatura das plantas e dos animais. Através desse sistema, Lineu pretendia descrever e classificar o vasto mundo biológico revelado pelas viagens de descobrimentos e pelo microscópio.

O fato de estar no local, observando o que estudava, propiciou ao autor um tipo de questionamento que nem sempre se enquadrava nos parâmetros de seu conhecimento científico. Quando as diferenças eram tão grandes que ultrapassavam os limites explicativos da ciência de sua época, ou quando as semelhanças eram tão óbvias a ponto de as teorias sobre o selvagem e o civilizado parecerem questionáveis, Ferreira relatava simplesmente o que via, limitando-se a observar, descrever e analisar.

### **Referências bibliográficas:**

BAUMER, Franklin L. **O Pensamento Europeu Moderno. Volume I: Séculos XVII e XVIII.** Lisboa : Edições 70, 1977.

MALDI, Denise. De Confederados a Bárbaros: A Representação da Territorialidade e da Fronteira Indígenas nos Séculos XVIII e XIX. **Revista de Antropologia [online]**, 1997, v. 40, n. 2 [citado 2006-10-02], p. 183-221.

PAZ, Octavio. **Claude Lévi-Strauss ou o Novo Festim de Esopo.** São Paulo: Perspectiva, 1993.

SILVA, José Pereira da. Notícia sobre Alexandre Rodrigues Ferreira e sua Obra Conservada na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: **Anais do Congresso Nacional de Lingüística e Filologia.** Rio de Janeiro: UERJ/CIFEFIL, 1997.

### **Documentação citada:**

**Observações Gerais e Particulares sobre a Classe dos Mamais Observados nos Territórios dos Três Rios:** das Amazonas, Negro e da Madeira. Com as descrições circunstanciadas que, de quase todos eles, deram os antigos e modernos naturalistas e, principalmente, com a dos tapuias. Códice I-21,1,11. (300 p.).